

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.618 - RJ (2019/0092746-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : MARCIO DIAS MACARIO (PRESO)
ADVOGADO : SÉRGIO ALVES TEIXEIRA JÚNIOR - RJ103374
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário interposto por MARCIO DIAS MACARIO desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (HC n. 0072409-42.2018.8.19.0000, Desembargador Gilmar Augusto Teixeira).

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante pela suposta prática dos crimes inculpidos nos arts. 33, *caput*, e 35, c/c o art. 40, V, todos da Lei n. 11.343/2006, na forma do art. 69 do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, que denegou a ordem nos termos do acórdão de e-STJ fls. 221/236.

No presente inconformismo, a defesa asseve que "na hipótese temos um recorrente com mais de cinquenta anos de idade, portador de diabetes de difícil controle, tipo: 'DIABETES MELLIUS' e também diabetes emocional, sendo certo que constantemente e/ou diariamente seus índices ficam totalmente fora de controle dentro da cadeia, de efeito, os laudos comprobatórios juntados afirmam a veracidade das alegações recursais aliada aos demais documentos ilustrativos favoráveis, tais como de trabalho, de residência fixa e outros possibilitam uma reflexão mais humanitária sobre a situação" (e-STJ fl. 249). Diante disso, pleiteia a defesa, em tema liminar e no mérito, a concessão da prisão domiciliar.

É, em síntese, o relatório.

Depreende-se dos autos que o presente recurso ordinário impugna o acórdão proferido pelo Tribunal de origem no HC n. 0072409-42.2018.8.19.0000.

Ocorre que a causa de pedir e o pedido deste reclamo são idênticos aos do HC n. 500.188/RJ, impetrado nesta Casa.

Naquele feito, que também impugna o mesmo acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, já foram, inclusive, solicitadas

informações à autoridade apontada como coatora.

Ante o exposto, diante da constatação de que a presente irresignação recursal é mera reiteração do HC n. 500.188/RJ, **indefiro-a liminarmente** com fulcro no art. 210 do Regimento Interno desta Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

